

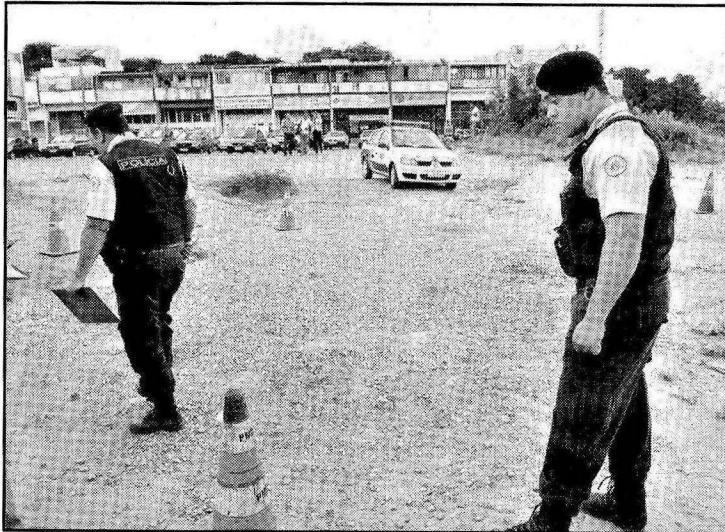
Apoio dos líderes partidários

Gustavo Moreno/CB/D.A Press - 11/5/09

O governador Arruda saiu do encontro na presidência da Câmara com a perspectiva de que, embora o assunto não tenha o imediatismo imposto pela edição de uma MP, será conduzido sem demora na Casa. “Fui informado pelo presidente que o pedido de urgência pode ser votado até quinta-feira (amanhã). Não há motivo para preocupação porque o assunto tem o apoio dos líderes e em breve será aprovado como lei”, considerou o governador. Apesar do otimismo de Arruda, existem duas medidas provisórias trancando a pauta da Câmara dos Deputados. A 460, sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, e a 462, que orienta prefeitos sobre o recebimento do repasse das perdas do Fundo de Participação dos Municípios.

Na semana passada, Arruda recebeu um telefonema do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que o informou sobre a decisão de mudar o tipo de tramitação do plano de cargos e salários. “Creio que o governo resolveu fazer essa substituição em função das críticas sobre o excesso de MPs. Mas não tenho do que reclamar porque tudo o que pedimos o governo federal tem atendido. Se dessa vez não foi possível, paciência”, contemporizou Arruda.

Autor das duas emendas que serão acrescentadas ao projeto



Duas MPs trancam a pauta de votações da Câmara: PMs na expectativa

de lei, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB) reuniu as assinaturas necessárias para levar a plenário o pedido de votação do requerimento de urgência na análise do plano de cargos e salários dos policiais. O deputado avalia que não haverá dificuldade na aprovação do pedido de urgência e nem do mérito do projeto, já que a proposta é de autoria do próprio governo e interessa também ao partido de oposição, representado nesse caso pelo governador Arruda, que

aliás mantém boa relação com o Palácio do Planalto.

As duas emendas foram discutidas pela bancada e se tornaram consenso entre parlamentares da base e da própria oposição. A única ressalta feita pelo deputado federal Alberto Fraga (DEM) sobre qualquer tipo de mudança no texto é de que a iniciativa pode atrasar ainda mais a aprovação do plano, especialmente se as eventuais modificações forem feitas no Senado, já que teriam de votar para nova apreciação na Câmara. (LT)

Palavra de especialista

“Exigir curso superior para policiais militares me parece uma boa ideia. A forma como esse pré-requisito está sendo pensado, no entanto, é que considero equivocada. Não faz sentido exigir dos policiais militares formação universitária genérica sem que a corporação esteja preparada para absorver essa

mão de obra qualificada. Um engenheiro que se tornar policial militar e não puder trabalhar dentro de sua área de formação pode se tornar um profissional frustrado.”

George Felipe Dantas,
Professor acadêmico doutor
especialista em segurança pública